

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.368 - RO (2019/0271427-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : **MADECON CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI**  
**ADVOGADOS** : **DANIELE MEIRA COUTO - RO002400**  
                  **MARCELO ESTEBANEZ MARTINS - RO003208**  
                  **RODRIGO TOSTA GIROLDO - RO004503**  
                  **ALBINO MELO SOUZA JÚNIOR - RO004464**  
                  **KETLLEN KEITY GOIS PETTENON - RO006028**  
                  **JACKELINE SANCHES SILVA E OUTRO(S) - RO007108**  
**RECORRIDO** : **RONDONIA EXPORTACAO COMERCIO E TRANSPORTES -**  
                  **EIRELI**  
**ADVOGADO** : **JOSÉ ASSIS DOS SANTOS E OUTRO(S) - RO002591**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de indenização por danos materiais.
2. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à adequação da distribuição do ônus da prova, bem como a ocorrência de dano gerado à recorrida pela prática de ilícito civil por parte do recorrente, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
3. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por MADECON CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Recurso Especial interposto em:** 01/04/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 13/09/2019.

**Ação:** de indenização por danos materiais, ajuizada por RONDONIA EXPORTACAO COMERCIO E TRANSPORTES - EIRELI, em face da recorrente, na qual alega - em síntese - que, em dezembro de 2012, o veículo de propriedade da demandante trafegava pela rodovia BR 364 sentido da cidade de Itapuã D'Oeste/RO para a cidade de Candeias do Jamari/RO, quando um conjunto de rodas

do terceiro eixo de um veículo da demandada desprendeu-se, invadiu a pista oposta e colidiu frontalmente com o veículo da empresa autora.

Dessa forma, requer o pagamento de indenização pelos danos materiais suportados.

**Sentença:** julgou procedente o pedido.

**Acórdão:** negou provimento à apelação interposta pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

Apelação cível. Ação indenizatória. Acidente de trânsito. Danos materiais. Os danos materiais decorrentes de acidente de trânsito, quando incontroversa a culpa da demandada, devem ser reparados, principalmente quando demonstrados no boletim de acidente de trânsito e notas fiscais. (e-STJ, fl. 147)

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 186 e 927, ambos do CC/02, e 373, I, do CPC/15. Sustenta:

i) a não comprovação por parte da recorrida da ocorrência de danos materiais na hipótese em análise; e

ii) a inadequação na distribuição do ônus da prova.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento: aplicação do CPC/15**

**- Do reexame de fatos e provas**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à adequação da distribuição do ônus da prova, bem como a ocorrência de dano gerado à recorrida pela prática de ilícito civil por parte do recorrente, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

A esse propósito, é o teor do acórdão recorrido:

No caso em análise, **não há que se falar em ausência de culpa da apelante pelo acidente ocasionado. De acordo com os dispositivos legais acima colacionados, para a responsabilização civil, basta analisar se houve ação ou omissão, culpa, dano e nexo causal. Nota-se que restou incontroverso que o desprendimento de duas rodas do caminhão da apelante (conjunto de rodas do terceiro eixo, lado esquerdo) atingiu o veículo da apelada, causando-lhe danos materiais.**

**A própria apelante admite o evento danoso.**

Quanto ao valor pleiteado pela apelada, a apelante entende ser exorbitante, não correspondente aos danos ocasionados no veículo no acidente.

**Para fixar a condenação em R\$14.548,00 (quatorze mil, quinhentos e quarenta e oito reais), o magistrado levou em consideração o testemunho do motorista que dirigia o veículo abalroado, prestado em juízo, fl. 91, o boletim de acidente de trânsito elaborado pela PRF, que descreveu as avarias, inclusive com fotografias, fls. 8/14, além das notas fiscais, fls. 15/19. (e-STJ, fl. 149) (grifo nosso)**

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da condenação (e-STJ, fl. 150) para 20%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 29 de novembro de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora